

Questões da política brasileira contemporânea: uma entrevista a *Valdemir Pires*

Entrevista realizada por Cristiano das Neves Bodart¹

Valdemir Pires é economista, professor assistente doutor do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde leciona as disciplinas Finanças Públicas e Administração Financeira e Orçamentária Pública. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Controle Social do Gasto Público, desenvolve estudos sobre metodologias e técnicas de orçamentação pública, orçamento participativo e transparência orçamentária e fiscal. Pires, tem vários livros e artigos publicados em diversos periódicos acadêmicos. Conta ainda com a experiência de ter sido Secretário de Finanças e Patrimônio do Município de Piracicaba. Nessa edição, Pires é convidado a explicar sobre questões que envolvem temas como partidos políticos, financiamento de campanha eleitoral, reforma política e controle social, questões tão caras à Sociologia Política.

Café com Sociologia: Iniciamos essa entrevista agradecendo pela prontidão em colaborar com a discussão em torno das questões que nortearão essa entrevista realizada para a Revista Café com Sociologia. Para princípio de conversa, temos hoje partidos políticos com uma ideologia clara ou o que temos são políticos profissionais que alugam as siglas partidárias? Parece ser sintomático que muitos brasileiros votam na personalidade e não em partidos políticos, sobretudo em eleições municipais e estaduais. Isso não estaria ligado a falta de clareza ideológica dos partidos políticos, bem como a ausência de um programa ou projeto de governo identificável com o partido?

Valdemir Pires: A prontidão, caro Cristiano, se deve a um permanente desejo de contribuir no debate político com potencial para aprofundar a democracia e a cidadania no nosso país; deve-se também à disposição necessária para contribuir com pesquisadores interessados nesse tipo de aprofundamento, a partir de sua atuação acadêmica.

Inúmeros estudos, hoje em dia, dão conta de uma crise da representação nas democracias de massas, fato que recentes manifestações difusas, que passam ao largo das organizações partidárias e até as questionam, por vezes, confirmam. No Brasil, em que os partidos não chegaram a se consolidar senão como pálidas formas de organização paraestatal de disputa do poder formal, com frequência

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP. Bolsista do CNPq.

dominadas por caciques regionais, esta crise chega com pitadas de idiosincrasias alarmantes, uma delas sendo a profusão de partidos, muitos deles, estes sim, não passando de meras siglas partidárias, sem qualquer representatividade ou conteúdo programático. Trata-se de uma das principais causas dos inúmeros problemas políticos vividos pelo país, quando, de fato, uma estrutura partidária mais consistente poderia ser, pelo contrário, parte importante da solução desses problemas.

Quanto à ideologia, dos partidos e em geral, os tempos que correm são difíceis, pois esquerda e direita, liberalismo e socialismo, posturas progressistas, conservadoras ou reacionárias se misturam numa polissemia a que alguns estão tomando por convergência das ideologias, quando se trata, me parece, de uma perigosa perda de referências, já que afasta a utopia das análises e práticas, consolidando um estado de coisas, um modo de relacionamento indivíduos-indivíduos e indivíduos-sociedade e Estado que não pode ser aceito como ponto de chegada, como “fim da História”. Nesse mar, de incertezas que facilmente se converte em lama, surfam os chamados políticos profissionais, cuja organicidade com a sociedade que deveriam representar passa por forte erosão. Os aparatos responsabilizadores se multiplicam e se sofisticam, mas o senso de responsabilidade se torna cada vez menor. Por isso, entre tantas outras razões, o voto em indivíduos – supostamente conhecidos e confiáveis para aqueles que os escolhem – acaba sendo opção: é uma tentativa de controlar e se beneficiar por meio de um “despachante de luxo” no governo, tentativa típica do agente econômico, racional-maximizante que existe em cada indivíduo.

Café com Sociologia: Um tema tem estado em pauta da mídia brasileira: a corrupção. Em se tratando de corrupção, não seria o fim do financiamento de campanha eleitoral uma mudança importante? O que pensa a respeito do fim do financiamento privado?

Valdemir Pires: A corrupção é um fenômeno de múltiplas, complexas e históricas determinações, que vem sendo tratada de modo superficial pela sociedade brasileira, informada por meios de comunicação de massa despreparados e muitas vezes oportunistas (criando espetáculos ruidosos para vender e obter audiência). Ela é multifacetada e inclui comportamentos e procedimentos que não poucas vezes passam por aceitáveis, fruto de uma convivência secular dos brasileiros com desmandos, coronelismos e patrimonialismos dos quais a corrupção é desdobramento. Não só o financiamento de campanha por empresas, que oferecem apoio aos candidatos à caça de vantagens nas relações comerciais e fiscais posteriores com o setor público, deve ser revisto, senão proibido, como também o toma-lá-da-cá nas relações entre Executivo e Legislativo precisa ser freado, reduzindo o peso dos

aspectos negativos do presidencialismo de coalisão sobre a or amentac o, as finanças públicas e a políticas públicas.

Há que se ter em mente, entretanto, que as campanhas eleitorais precisam existir e levar informa es aos eleitores, para que decidam seus votos com base em conhecimento dos partidos, dos candidatos e das plataformas eleitorais. O desafio é evitar que os procedimentos e processos para que isso ocorra sejam contaminados pelo poder econ mico e pelo oportunismo de alguns agentes e atores. Não se trata de desafio simples, nem fácil de ser enfrentado.

Café com Sociologia: O fim do financiamento por empresas privadas, como propõem alguns partidos não seria “resolver” meio problema? Não seria mais “saudável” aos cofres públicos que o financiamento fosse exclusivamente realizado pelo Estado?

Valdemir Pires: A capacidade de financiamento pelo Estado é limitada frente às necessidades de gasto que as disputas eleitorais contemporâneas exigem. O apelo positivo dessa alternativa   obrigar todos os partidos e candidatos a operarem com o mesmo volume de recursos, evitando, assim que se ganhe elei es por meio de influência econ mica, de poder de financiamento – elei es ganhas assim geralmente não levam à vitória dos melhores candidatos para a sociedade, embora isso possa acontecer eventualmente.

Que os próprios filiados se cotizem para financiar as campanhas dos candidatos de seus partidos seria o ideal (estar-se-ia apostando naquilo em que se acredita, individual e coletivamente), mas não se vislumbra a possibilidade de ser assim. No fundo, o grande problema é conseguir chegar ao eleitor e convencê-lo. Fosse ele suficientemente preocupado com a coletividade e o bem-estar-geral (mas não é, nem virá a ser), bastaria divulgar os partidos, programas, candidatos e plataformas eleitorais na internet, que buscas seriam feitas pelos próprios eleitores para embasar a decisão de voto, com baixíssimo custo.

Por mais que se façam proibi es, mecanismos para driblar as regras, legal ou ilegalmente, serão inventados. O verdadeiro antídoto para processos eleitorais viciados é a consciência cidadã e o compromisso com a coisa pública – uma esta existindo, o próprio eleitor consciente se encarrega de desconfiar de candidatos fortemente financiados por interesses e comportamentos visivelmente inaceitáveis. Mesmo com toda bandalheira hoje existente, o eleitor brasileiro qualificado sabe escolher seu partido e seu candidato e sabe, também, que nenhum deles está livre de um determinado grau de contamina o pelas circunstâncias degradantes da política tal como praticada

entre nós. Como já dizia Oto von Bismark: “Ninguém deveria querer saber como são feitas duas coisas: as salsichas e a política, sob pena de repudiar o consumo de uma e o uso de outra”. Só que salsichas substituímos por outro alimento. E a política, teria substituído?

Café com Sociologia: Ainda quanto à questão da corrupção praticada por políticos e empresários ligados a esses, qual seria o caminho para mitigar esse mal? Como seria possível efetivar um maior controle social sobre os recursos públicos e aprofundar a *accountability*?

Valdemir Pires:

Longa conversa, que precisaria de uma centena de páginas! Os mecanismos, esquemas, sistemas e processos já inventados para o controle, estatal e social, para a *accountability* são muitos, variados, cada dia mais sofisticados, mas parece que se trata de uma eterna briga entre gato e rato: a corrupção se tornou um fenômeno global, muito resistente. Mas parece certo que a visibilidade a seu respeito é, em parte, consequência dos aparatos criados para identificá-la e puni-la. A ciência econômica contemporânea tem se dedicado a teorizar sobre o logro como forma de vida, como forma de obtenção das condições materiais de existência, esforçando-se também para encontrar mecanismos para desencorajar ou controlar esse comportamento. Se em Adam Smith o egoísmo foi considerado um impulso para a riqueza individual e, por extensão, das nações, há vertentes da ciência econômica atual que se dedicam à busca de mecanismos institucionais para coibir o oportunismo. Creio que a teoria da agência, ou agente-principal, juntamente com a discussão sobre contratos do novo institucionalismo desenvolvem os aparatos conceituais e analíticos mais promissores para nortear a compreensão dos mecanismos da corrupção e as formas de desativá-los ou minorar seus efeitos nocivos. Enquanto o mal persistir, olho aberto! Sobre o seu bolso e também sobre o erário público!

Café com Sociologia: Parece que os partidos políticos, sobretudo os que se colocam como de esquerda, quando não estão no poder tendem a se aproximar dos movimentos sociais (vide o PT nos anos de 1980 e 1990), assim como em muitos casos a se integrar a eles, sobretudo quando esses possuem popularidade. No caso específico do Partido dos Trabalhadores, notamos que sua proximidade com os movimentos sociais já foi mais intensa. Esse distanciamento, ou a menor proximidade, de fato tem acontecido no caso do PT? Por quê?

Valdemir Pires: Compartilho da sua avaliação quanto à tendência de aproximação partidário-movimentos, nos momentos em que aquele está se consolidando rumo ao poder, e de distanciamento, quando chega lá. Infelizmente esse parece um dado histórico não só no Brasil, onde

se discutiu muito sobre como evitar isso (a clássica questão dos partidos de quadros *versus* partido de massas com que o PT e suas tendências se preocupavam nos anos 1980). “Revolução dos bichos”? Talvez. Se não for via contra-hegemonia cultural, sempre, pode-se depreender de Gramsci. O problema é “revolucionar” negociando com o atraso, especialmente quando este é muito pesado e sustentado por gente mais esperta do que a média. O que mais se perde com a novidade (tentativa) que o PT um dia representou é exatamente a possibilidade de acreditar que a relação partido e movimento, numa democracia de massas, possa levar a um tipo de política e a uma ideologia progressista, emancipadora. Pena que esta percepção seja rara (mesmo que seja polêmica): isso é ruim para a utopia, aquela “que caminha dois passos quando damos dois passos rumo a ela” (coisa que quem disse não foi Eduardo Galeano, mas atribuem a ele).

Café com Sociologia: O orçamento participativo, que parece ser um instrumento para controle social, tem sua paternidade reivindicada pelo PT, porém muitos outros partidos o adotaram como prática de gestão pública e controle social. Há diferenças substantivas de estrutura quando os partidos são outros, se não o PT? A imagem atual do PT não afeta negativamente esse instrumento?

Valdemir Pires: O orçamento participativo vingou no Brasil lastreado por duas variáveis fundamentais: a oposição à ditadura, que em termos de gestão orçamentária requeria o povo discutindo o destino dos recursos e não o gestor público mancomunado com as elites locais; e a escassez absurda de recursos para a prestação a oferta de políticas públicas e serviços públicos destinados aos mais pobres. Retirados esses dois elementos (a ditadura foi vencida e na última década, pelo menos, houve dinheiro até para políticas redistributivas francamente ousadas) a atração do OP diminuiu. Assim como ele, enquanto um modo de governar que rendia votos, deixou de ser atraente para o PT quando seu poder aumentou, com a conquista de numerosos governos locais, estaduais e, depois o federal. Mas essa perda de apelo não aconteceu antes de o “modelo” ser “exportado”, por isso sobrevivendo. Mas não me parece que com boa saúde, apesar de merecer bom tratamento para voltar à praça musculoso e atuante.

Sempre digo que o OP tem a cara de quem o faz, podendo até mesmo adquirir feições bem liberais e até neoliberais, quando não a cara de um Frankenstein, todo deformado e fora de lugar.

Café com Sociologia: Max Weber afirmou, em relação aos partidos políticos, que “seu objetivo é assegurar o poder a seus dirigentes no seio de um grupo institucionalizado, a fim de realizar um ideal ou obter vantagens materiais para seus militantes”. Nesse sentido, como fica esse objetivo frente

a insatisfação popular em relação a seus dirigentes? Vamos pensar o caso concreto da presidenta Dilma Rousseff. O Partido dos Trabalhadores (PT) será forte o suficiente para assegurar o seu poder ou dependerá mais de outras questões para isso?

Valdemir Pires: Quem me dera poder responder com autoridade e confiança essa questão! Concordo em parte com Max Weber, mas acho que reduzir o partido a somente isso não fica bem, embora possa existir partido que faça somente isso, de fato. Ainda acredito na possibilidade de existirem partidos e partidos, apesar de tantos malogros por aí. Acho que o PT, hoje, é apenas uma parte do condomínio que sustenta o governo federal. Acho também que a síndica está tendo dificuldades para organizar a pauta e manter a ordem nas sessões; e que há condôminos da pior espécie, apostando no quanto pior melhor para assombrar o lugar dela. Só é oposição quem está com nacos de poder que acha pouco, e briga por mais. Quanto a pensar no bem-estar dos condôminos e dos que habitam os arredores, parece que, como leem as ruas, está difícil. Não que o caos esteja instalado e não haja direção, mas bem as coisas não estão indo e seria preciso voltar a fazer política com melhor qualidade para superar esse estado de coisas. Quem está disposto e pode ajudar?

Café com Sociologia: Muito se fala em Reforma Política. Por outro lado, não está claro e amplamente divulgado quais as propostas de reformulação. O que de fato é necessário reformar? Em caso de um plebiscito, a grande mídia não seria o principal agente definidor do resultado? Como resolver essas questões?

Valdemir Pires: Cristiano, assim você me faz fundir a cuca e, no fim das contas, me achar um completo incompetente. Claro, são questões fundamentais para o momento; absolutamente. Mas acho que elas estão no colo da sociedade brasileira inteira, queira ela ou não. Não podemos continuar como estamos e estamos diante de uma janela de oportunidade: embora meio sem jeito, embora meio andando de lado, estamos voltando ao debate, estamos novamente preocupados com nosso futuro. Espero que essa efervescência ajude-nos a responder, coletiva e democraticamente, essas questões tão candentes que você me coloca. Estarei atento e tentando ajudar, no meu pedacinho insignificante, mas alerta e disposto.

Existe, de fato, o risco de um plebiscito, neste contexto conservador da sociedade brasileira, ser levado pela mídia atrasada (em termos de concepção e de tecnologia); mas olhe que situação: o plebiscito era para ser a forma mais legítima de decidir algumas questões estratégicas da reforma política. Outra contradição: a reforma é urgente, mas fazê-la rapidamente elimina a chance de

debater bastante e com profundidade. Acho que a melhor forma de resolver isso é pensar num processo de reforma e não num momento reformista: primeiro uma coisa, depois outra, depois mais uma, talvez sob coordenação de um grupo do congresso destacado para isso, com garantia de pautas periódicas, para não paralisar as outras pautas. Não sei, essa afirmativa é só um esforço para pensar “fora da caixa”, coisa de que estamos precisando neste contexto político de não quero mais o que está aí, mas não sei o que poderia haver no lugar.

Café com Sociologia: Em 1986, Bolivar Lamouunier e Rachel Meneguello, em sua obra *“Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro”*, afirmaram que numa perspectiva comparada com as experiências uruguaia, argentina e chilena, “o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário”. Passado quase trinta anos, essa afirmativa ainda é verdadeira?

Valdemir Pires: Não tenho competência teórica, nem disponho de dados para responder uma questão tão técnica. Não consigo avaliar uma afirmativa tão contundente, mas tendo a não acolher em primeira mão as afirmativas com esta característica. Nuances costumam caracterizar a realidade social, o aparato científico tendo dificuldade para delineá-la com tanta nitidez. O campo dos estudos comparados tem avançado muito, mas com frequência os resultados encontrados me deixam com a pulga atrás da orelha, que tenho a impressão, nesses momentos de engasgo analítico, de crescer, ambas, me dando medo de olhar-me no espelho...

Café com Sociologia: Em nome da equipe editorial da Revista Café com Sociologia e de seus leitores, tomo a liberdade para agradecer pela entrevista concedida, a qual nos permite pensar questões tão urgentes e presentes.